

A Marinha nos 50 Anos da NATO

António Emílio Ferraz Sacchetti
Vice-Almirante

No 50º aniversário do Tratado do Atlântico, a análise da presença de Portugal na NATO como membro fundador e, particularmente, o estudo da acção da Marinha neste mesmo período mostra, de forma evidente, que Portugal continuou a ser, neste fim de século, um país europeu e atlântico.

Durante 500 anos, a Marinha esteve presente com assiduidade nos três oceanos, Atlântico, Índico e Pacífico, por razões ligadas ao Império que se prolongaram até 1975, mas que não serão aqui analisadas.

E, em comparação com as outras potências marítimas, esta presença em mares distantes foi a mais longa da História, não porque tivéssemos mantido um Império por mais meia dúzia de anos, lutando contra os ventos da mudança¹, mas porque nos antecipámos e durante mais de um século fomos os únicos a esquadrinhar os oceanos e a mostrar aos outros povos a cartografia do mundo (excepção para Espanha, na rota Leste-Oeste do Atlântico Norte).

Porém, a verdade é que, insiste-se, durante todo este período, nunca deixámos de estar presentes na Europa: na costa atlântica, no Canal da Inglaterra e Mar do Norte ou, mais frequentemente, no Estreito de Gibraltar e Mediterrâneo, quando tal nos foi solicitado e o interesse nacional assim o determinou.

Mas, retomemos o objectivo deste artigo.

Depois de uma longa época de grande instabilidade, Portugal viveu, na década de 30, um período de redefinição política e de reorganização económica.

No mundo, a evolução dos meios navais era extraordinária e rápida. Basta recordar que no princípio daquela década, enquanto os *clippers* ainda competiam em velocidade, os grandes cruzadores da batalha da Jutlândia já estavam obsoletos, o submersível tinha sido substituído pelo submarino, os navios de superfície eram fortemente armados com peças de artilharia de grande calibre e com novos sistemas de regulação de tiro, o perigoso torpedo e a mina eram considerados por alguns como a arma decisiva, e a aviação embarcou.

1 As maiores potências nossas amigas e nossas aliadas na NATO, que muito nos criticaram pela demora do processo de descolonização, ainda hoje mantêm colónias e dependências ultramarinas na América Central e do Sul, no Índico, no Pacífico, em África, nos Mares Antárcticos e até na Europa.

Os grandes planos navais que vinham sendo elaborados desde 1912 para a recuperação de uma Marinha que estava muito reduzida e antiquada, nunca foram totalmente concretizados. Um homem notável e persistente, Pereira da Silva, foi responsável por todos estes planos, desde os tempos de primeiro-tenente até almirante. E foi ainda ele que influenciou o programa dos anos trinta, de antes da Segunda Guerra Mundial, que agora interessa referir e que foi apresentado e concretizado pelo almirante Magalhães Correia.

De 1933 a 1937 adquiriram-se no estrangeiro nove navios e construíram-se em Portugal mais cinco.

A maioria, dois avisos de 1ª classe e quatro de 2ª classe, juntamente com três cruzadores antigos reclassificados em avisos, eram unidades especialmente adaptadas, de acordo com os padrões da época, para missões de presença naval e de defesa da soberania nos vastos territórios do Ultramar. Davam resposta a uma preocupação natural fundamentada nos receios de repetição dos ataques às nossas Colónias, durante a Primeira Grande Guerra, ou até das agressões do fim do século passado, quando se formaram os outros impérios, apenas uns 40 anos atrás.

Os restantes navios, cinco contratorpedeiros e três submarinos, destinavam-se à defesa das parcelas europeias do território nacional.

Em 1938 foi aprovado mais um outro programa de aquisições e construções navais extraordinariamente limitado. Mas mesmo este plano não se cumpriu na totalidade. A corrida aos armamentos que antecedeu a Segunda Guerra Mundial impossibilitou a aquisição de navios no estrangeiro e o Arsenal do Alfeite foi inaugurado à pressa nesse mesmo ano, para proceder à construção do petroleiro *Sam Brás*, lançado à água em plena guerra (1942), de um navio hidrográfico (1941) e de seis lanchas de fiscalização (1941-1945).

Durante todo este período, desde 1933 até ao final da guerra, em 1945, a Marinha desenvolveu enorme actividade, na adaptação às novas unidades, às novas armas e novas técnicas, na reformulação de doutrinas e na aprendizagem de tácticas, na realização de frequentes exercícios e manobras exclusivamente nacionais, como é óbvio.

Mais uma vez, a Marinha treinava-se na Europa mas estava também presente em África, na Índia e no Pacífico, nomeadamente durante a ocupação japonesa do território chinês que rodeia Macau e na reocupação de Timor, operação que envolveu quatro avisos e um navio da Marinha

Mercante. Entretanto, o *Sam Brás*, único petroleiro nacional, cumpriu a missão vital de abastecimento do país em combustíveis líquidos.

Sabe-se que é nos períodos de guerra que se dão os mais importantes saltos tecnológicos e que mais frequentemente se inovam táticas e procedimentos. É uma questão de sobrevivência que, por um lado, pressiona a investigação científica em todos os seus ramos e, por outro lado, acelera extraordinariamente a dialéctica arma-antiarma ou arma ofensiva - arma defensiva. E em todos estes desenvolvimentos, o secretismo é, ele próprio, uma arma, pois permite a surpresa.

Embora o papel da Marinha na guerra tenha sido discreto mas importante (não esquecer também a escolha da navegação mercante e a assistência a naufragos de muitos acidentes e afundamentos), Portugal não era beligerante e não pôde acompanhar a evolução tecnológica e operacional que a guerra impôs a ritmo impressionante.

Só o acordo de cedência das Lajes à Inglaterra permitiu que, a partir da segunda metade do ano de 1943, os contratorpedeiros montassem novos equipamentos e armas para a luta anti-submarina (A/S), e que vários navios, incluindo navios mercantes, montassem artilharia antiaérea e material diverso. A Aviação Naval recebeu novos aviões.

Após a guerra, admitiu-se a possibilidade de executar um novo e ambicioso plano naval, já que Portugal estava em boa situação financeira e havia excedentes de guerra. Mais uma vez a decisão do Governo não foi favorável e só o reconhecimento dos Estados Unidos e da Inglaterra pelo apoio português durante a guerra, permitiu a modernização dos nossos meios navais.

Em 1948 recebemos três submarinos usados ingleses e as primeiras unidades americanas cedidas à Marinha portuguesa, seis patrulhas costeiras. Já em Maio de 1949, um mês após a assinatura do Tratado do Atlântico mas sem ter qualquer relação com a Aliança, recebemos as duas primeiras fragatas, estas cedidas pela Inglaterra e melhor preparadas para a luta A/S do que os contratorpedeiros modernizados.

Assim, quando Portugal assinou o Tratado do Atlântico Norte, a Marinha tinha três submarinos (os três submersíveis antigos estavam para abate), cinco contratorpedeiros, seis patrulhas, e estava a receber duas fragatas. Mantinha ainda seis avisos. Embora a maioria dos navios permanecesse

na área do Continente, estavam quase sempre destacados em longa comissão de serviço: um a dois escoltas ou patrulhas nos Açores, dois navios hidrográficos em Angola e Moçambique, dois avisos em Goa e Macau. Se considerarmos os períodos de renição destas unidades e as viagens anuais de instrução muito dirigidas ao Ultramar, vemos que, mesmo neste período de justificado interesse por um convívio internacional de que sentíamos grande falta, a Marinha continuava a assumir compromissos nacionais fora da Europa, nos quais empenhava mais de um terço da sua capacidade de superfície.

Era notável o espírito que reinava na Europa e também na Marinha portuguesa, nesta época.

A Europa devastada vivia a ânsia da reconstrução, a esperança de um mundo melhor, mas também algumas frustrações que a evolução da situação internacional rapidamente começou a criar.

Por um lado, a primeira reunião da Assembleia Geral da ONU, de 10 de Janeiro a 14 de Fevereiro de 1946, numa Londres em remoção de escombros, e o apoio político e económico da Doutrina Truman (12 de Março de 1947) e do Plano Marshall (5 de Junho do mesmo ano), marcavam a confiança na nova Organização internacional e evidenciavam o esforço pela “edificação” de um mundo mais pacífico e mais próspero, tão ou mais próspero do que os Estados Unidos da América, única potência que participara na guerra e a ela tinha sobrevivido, forte e rica.

Por outro lado, o domínio político e militar da União Soviética sobre o Leste da Europa, o longo bloqueio de Berlim (24 de Junho de 1948 a 12 de Maio de 1949), o fim do comando aliado de Berlim pela saída dos russos (1 de Julho de 1948), a primeira explosão atómica soviética (23 de Setembro de 1948) e os avanços comunistas no Oriente, refrearam o entusiasmo, aconselharam a não confundir esperança com utopia e mostraram que, afinal, o que era necessário era redefinir o inimigo.

E o Tratado do Atlântico Norte foi assinado em Washington, em 4 de Abril de 1949.

Na Marinha portuguesa que, apesar da já referida modernização de navios de 1943 se preocupava com o fosso tecnológico, operacional e tático imposto pela guerra, começou a sentir-se, nomeadamente no meio mais jovem, a excitação da escolha entre o interesse e a curiosidade pelas

constantemente narradas longas comissões em terras distantes e a ansiedade em participar num verdadeiro salto profissional que os colocasse ao nível das maiores marinhas do mundo.

Era impressionante a rapidez com que tudo se desenvolvia, a nível internacional e nacional.

Ainda não estavam instalados os comandos da NATO, já participávamos em manobras na Irlanda do Norte e no Sul da Grã-Bretanha, frequentávamos cursos de curta duração em escolas inglesas e desenvolvíamos a novidade dos contactos com a Marinha norte-americana, nomeadamente através de longos cursos de formação operacional e técnica, e da recepção e operação de novo material.

Foi notável o volume de manuais produzidos pela NATO no prazo de pouco mais de um ano e a quantidade de extensas alterações que constantemente lhes eram depois introduzidas. O estudo desta inteiramente nova e copiosa doutrina era trabalho pesado que quase sempre tinha que ser precedido da aprendizagem do inglês, pois é esta a língua de trabalho das guarnições, desde o grumete ao comandante do navio, em todos os serviços: operadores de fonia, sinaleiros, operadores A/S, registadores do Centro de Informações em Combate, radaristas, etc.. O alfabeto, a doutrina e os procedimentos da NATO, assim como a língua inglesa, passaram a ser sistematicamente usados, mesmo nos exercícios e durante as viagens exclusivamente nacionais.

Contudo, um aspecto raramente referido permitiu encarar todo este esforço com uma certa naturalidade.

Logo em 1945, o Ocidente desmobilizou. Quando, em 1950/1951, cinco ou seis anos depois, tiveram início as manobras combinadas, também as marinhas aliadas treinavam uma geração de jovens que não tinham estado na guerra e que, muitas vezes, por terem sido submetidos a uma preparação intensiva (a Guerra da Coreia começou em 1950), tinham uma formação de base inferior à dos portugueses. Era possível, por exemplo, um segundo-tenente português estar em S. Francisco da Califórnia a tirar um curso de defesa de portos ou de electrotecnia e ter, como camaradas de curso, jovens do interior dos Estados Unidos que viam o mar pela primeira vez. Este facto, o brio com que, normalmente, os portugueses frequentam as escolas estrangeiras e o bom comportamento do marinheiro português no mar, permitiram atingir, com certa rapidez, um nível de preparação que nos honrou.

Por outro lado, logo em 1951 começou a chegar às escolas da Armada diverso material cedido pelos norte-americanos através da MAAG (*Military Assistance Advisory Group*) de Lisboa e ao abrigo da utilização da Base Aérea das Lajes.

Já quanto aos meios navais não se passava o mesmo. Quer em quantidade, quer em diversidade de tipos, quer ainda em qualidade, os navios existentes não satisfaziam e, em 27 de Maio de 1952, a Lei 2005 que criou a Força Aérea extinguiu a Aviação Naval.

O *Medium Term Defense Plan* da NATO, tal como foi aceite por Portugal e se começou a cumprir em 1954, era claramente desfavorável à Marinha. Porém, as pressões constantes dos Estados Unidos e do Reino Unido acabaram, na concretização, por minimizar este inconveniente.

Nessa época, a artilharia naval ainda não tinha cedido o lugar aos mísseis superfície-superfície de razoável alcance, os submarinos não tinham o desenvolvimento tecnológico e o armamento que têm hoje e a aviação estacionada para lá da cortina de ferro ainda não tinha raio de acção que lhe permitisse constituir uma ameaça directa sobre Portugal ou sobre a área oceânica de interesse nacional.

A Marinha portuguesa, tal como qualquer outra marinha de pequena dimensão ou mesmo de média dimensão, tinha por missão, quer sob o ponto de vista da NATO, quer para satisfação do interesse nacional, a vigilância da área oceânica de interesse nacional, a defesa contra a ameaça submarina da navegação nacional ou aliada que demandasse ou saísse de portos nacionais, o eventual apoio à protecção da navegação aliada que cruzasse a nossa área de responsabilidade e ainda a desminagem ou o controlo da utilização de minas nas águas costeiras e nos portos nacionais.

As unidades navais recebidas ao longo da década de 50 seriam talvez insuficientes, mas foram as adequadas à estratégia concebida para satisfazer aqueles objectivos: Duas fragatas de 1350 toneladas cedidas pelos EUA (*Diogo Cão* e *Corte Real*), uma fragata de 1600 toneladas construída em Itália (*Pero Escobar*), oito patrulhas de 400 toneladas construídos, uns em França, outros em estaleiros nacionais (Alfeite, Figueira da Foz e Viana do Castelo), quatro draga-minas oceânicos de 700 toneladas e doze draga-minas costeiros de 450 toneladas, todos novos e construídos nos

EUA, com excepção de quatro costeiros de desenho inglês que foram construídos na Lisnave.

Todos os draga-minas construídos nos Estados Unidos entraram ao serviço entre 1951 e 1954; os construídos em Portugal, entre 1954 e 1957. Foram navios que muito navegaram, que realizaram frequentes exercícios nacionais e participaram em muitos outros internacionais, na entrada dos nossos portos ou no estrangeiro, criando em pouco tempo uma escola de muito mérito, o que é sempre gratificante salientar.

Por esta época, a Marinha iniciou outra actividade na Europa. Intensificou as relações com Espanha, com bastante vantagem para o nosso vizinho, que ainda não tinha entrado para a NATO. Os exercícios navais combinados tiveram alguma regularidade a partir de 1957, e começaram exactamente pela rocega de minas.

E foi precisamente em 1957, quando estava no auge do seu empenhamento na NATO e na Europa, que a Marinha, antecipando-se aos outros Ramos das Forças Armadas, começou a orientar a sua atenção para África.

Os dois marcos mais significativos talvez sejam, no aspecto da organização, a criação dos Comandos Navais a partir do Decreto-Lei 41059, de 8 de Abril de 1957 (Angola e Moçambique) e, na actividade operacional, a largada do Tejo do patrulha *Santiago*, em 28 de Abril de 1959, ao qual se juntou o patrulha *Madeira*, formando o Grupo de Patrulhas nº 1, que retomou a tradição das "Estações Navais" em Angola, dois anos antes dos trágicos acontecimentos de 15 e 16 de Março de 1961.

A Marinha conseguiu, de forma ímpar e com notável antevisão, preparar-se para enfrentar o problema nacional extraordinariamente grave que se aproximava.

Com muita clareza, o Almirante Armando de Roboredo descreveu a situação do seguinte modo:

Até 1960 a Armada Nacional trabalhava denodadamente, é facto, mas a sua actividade operacional cingia-se quase unicamente a uma intensa preparação no campo da luta anti-submarina. Sendo tarefas desta índole e complementarmente as da guerra de minas, que dentro dos conceitos de defesa da NATO estavam atribuídos às nossas forças navais, a Marinha esforçava-se por se manter treinada nesta matéria e conseguia, apesar da idade avan-

çada das unidades oceânicas anti-submarinas de que dispunha, ser considerada, pelos Comandos Navais Superiores da NATO, uma Marinha que conhecia a tática A/S e a aplicava com eficiência. Vivia-se em plena euforia quanto à preparação para a guerra anti-submarina e os jovens oficiais dedicavam-se afanosamente ao seu estudo.

Entretanto a evolução política do Continente Africano aconselha-nos a admitir complicações nas nossas Províncias Ultramarinas e a iniciar alguns passos para organizar a Marinha Militar no Ultramar, onde praticamente só existiam Serviços de Marinha que se ocupavam do fomento marítimo ².

Não é propósito deste artigo analisar a participação da Marinha nas campanhas de África. Salienta-se, no entanto, que apesar desse grande esforço, que chegou a envolver seis navios no mar e três prontos a largar quando do assalto ao paquete *Santa Maria* (Janeiro de 1961) e a empenhar um máximo de cinco navios durante o bloqueio naval inglês ao porto da Beira (17 de Dezembro de 1965 até depois da independência de Moçambique – dez anos), a Marinha nunca desguarneceu os outros teatros de operações, não deixou de enviar um ou outro navio ao Extremo Oriente, nem abandonou a participação nos exercícios navais da NATO.

Os navios que tinham sido obtidos através do *Medium Term Defense Plan*, a que já foi feita referência, destinavam-se à defesa da área comum da NATO e não poderiam ser desviados para o Ultramar.

Previendo, mais uma vez, a dupla necessidade da participação nos programas operacionais da NATO e da manutenção da presença naval no Ultramar, o Governo concordou com a antecipação, para princípios de 1959, da aquisição sem apoio financeiro da NATO, de quatro fragatas usadas inglesas que passaram a constituir a classe *Álvares Cabral*.

Ainda orientadas para África, não poderão de modo algum deixar de se referir mais quatro áreas de desenvolvimento das capacidades navais inteiramente novas e que se revestiram da maior importância:

– A rede de comunicações que se designavam “navais” mas que, durante anos, cobriram todo o território nacional, em três continentes, da

2 Armando de Roboredo, vice-alm., *Marinha de Guerra Portuguesa na Actual Conjuntura*, Anais do Clube Militar Naval, 1965, pp. 471-484.

Capitania de Caminha a Macau, satisfazendo as necessidades nacionais neste campo.

- A construção e aquisição, logo desde o princípio da década de 60, de um vasto grupo de pequenas unidades navais, lanchas de fiscalização grandes e pequenas (LFG, LFP), lanchas de desembarque grandes, médias e pequenas (LDG, LDM, LDP), das quais a Marinha chegou a ter 81 unidades (incluindo a *Tete* e a *Rio Minho*). Estas unidades, não só foram fundamentais para o cumprimento de missões dos três Ramos, como foram, muito frequentemente, o único apoio de numerosos grupos das populações civis em risco de vida ou em situações de excepcional carência.
- A criação dos Fuzileiros Navais em 24 de Fevereiro de 1961 (Decreto-Lei 43.515), que tiveram uma actuação do mais elevado mérito em qualquer dos teatros de operações.
- A criação das unidades de Mergulhadores-Sapadores que foram integradas no Serviço de Mergulhadores, reestruturado em 1964.

A Marinha preparava-se para a guerra revolucionária, seguindo a doutrina que começou a ser desenvolvida pelo comandante Manuel Pereira Crespo, em 1960³.

Na Europa, a Marinha continuava a participar na actividade naval da NATO e nos exercícios navais bilaterais, embora de forma muito reduzida no período de 1961 a 1966.

Referiu-se já a rapidez e a profundidade que as guerras impõem à investigação científica e ao desenvolvimento tecnológico.

Na região euro-atlântica, o período da “guerra fria” teve a particularidade de ser uma “guerra em paz” que canalizou todo o esforço financeiro para estes desenvolvimentos e não para cobrir o consumo de munições, para a reconstrução de cidades bombardeadas, nem para a substituição de navios afundados. As referências desta época serão: a competição no desenvolvimento da física nuclear ligada aos armamentos mas também, e principalmente, ao uso da energia nuclear com fins pacíficos; a corrida espacial e o homem na Lua; a invenção dos satélites, as comunicações e a informação globais e quase instantâneas, etc..

3 Manuel Pereira Crespo, *As Missões das Forças Navais na Guerra Revolucionária*, Anais do Clube Militar Naval, Junho a Setembro de 1960, pp. 537-550.

Em comparação com épocas de grande desenvolvimento anteriores Portugal teve a vantagem de, neste período, estar presente. A Marinha portuguesa acompanhou sempre as dos aliados, devendo salientar-se o período que vai desde a inauguração do COMIBERLANT em 1967 (CINCIBERLANT a partir de 1982), até ao comando da STANAVFORLANT em missão no Adriático, pelo vice-almirante Reis Rodrigues, de 1995 a 1996. A actividade naval com carácter regular mas periódica, no âmbito da NATO, começou em meados da década de 60 com a constituição de um esquadrão de quatro a seis navios, designado MATCHMAKER. Como curiosidade pode referir-se que o MATCHMAKER visitou Lisboa pela primeira vez em 21 de Fevereiro de 1967, durante as cerimónias de inauguração do COMIBERLANT, numa vivenda situada na região de Mem Martins, na tarde de 22 de Fevereiro.

Durante a cerimónia da inauguração, com a presença do SACLANT, almirante Thomas Moorer, o Ministro da Defesa Nacional, general Gomes de Araújo, referiu-se muito claramente à posição que Portugal entende que ocupa no mundo. Disse, na ocasião:

Mas Portugal não é apenas uma nação europeia e atlântica. É, em consequência dos descobrimentos dos seus navegadores, nos séculos XV e XVI, e desde então, uma nação universal.

*E se, como nação europeia e atlântica, se associou desde a primeira hora ao grupo de países atlânticos dispostos a defender a sua liberdade e a sua independência, como país universal tem a mesma obrigação para com os portugueses que vivem e labutam noutras terras*⁴.

A transferência do Comando do IBERLANT e do seu Estado-Maior para as novas e definitivas instalações do Reduto Gomes Freire, junto ao forte de S. Julião da Barra, teve lugar em 1971.

O sucesso do esquadrão MATCHMAKER levou o Comité dos Planos de Defesa, na reunião de 12 de Dezembro de 1967, a nível de Ministros dos Negócios Estrangeiros e de Ministros da Defesa Nacional, a criar a *Força Naval Permanente do Atlântico* (STANAVFORLANT). Esta Força de 6 a 8 navios do tipo *destroyer* ou *fragata* foi constituída pela primeira vez em Janeiro de 1968 e visitou Lisboa em Novembro desse mesmo ano.

⁴ Notícias de Portugal, Lisboa, Secretariado Nacional da Informação, 25 de Fevereiro de 1967, p. 11.

Nesta altura Portugal pôde retomar a participação regular na actividade operacional da NATO, pois que, de 1963 a 1967 entraram ao serviço três fragatas da classe *Almirante Pereira da Silva*, construídas nos estaleiros da Lisnave e de Viana do Castelo. Como a construção foi apoiada pelos EUA (50%) e de acordo com o plano de assistência mútua da NATO, estes navios não poderiam servir em África. Foi precisamente a fragata *Pereira da Silva* o primeiro navio português que, em 1969, integrou a STANAVFORLANT, um ano depois de ter sido criada.

O programa anual de exercícios navais da NATO começava sempre por exercícios simples, com o objectivo de permitir a gradual adaptação ao mar do pessoal mobilizado nesse ano. E, para isso, foi considerado conveniente iniciar aqueles programas em áreas de mar geralmente mais tranquilo nos meses de Janeiro e Fevereiro.

Por esta razão, durante alguns anos realizaram-se, em Fevereiro e no flanco Sul atlântico da área NATO, isto é, entre Lisboa e Funchal, os exercícios *Sunny Seas*. O COMIBERLANT, tendo em consideração as limitações das suas instalações provisórias, apenas colaborava na coordenação destes exercícios.

Entretanto, a partir de 1966 começaram a ser aumentados ao efectivo os quatro submarinos da classe *Albacora* (um foi vendido mais tarde mantendo-se, como até então, uma esquadilha de três unidades) e as quatro fragatas da classe *João Belo*, todos construídos em França. Seguiu-se a realização do programa das corvetas da classe *João Coutinho*, com seis unidades, três construídas na Alemanha e três em Espanha, entre 1968 e 1971 e segundo desenho do almirante ECN Rogério de Oliveira.

Logo em 1970 foi autorizada a execução da segunda fase do programa das corvetas com a construção de quatro navios da classe *Baptista de Andrade*, do mesmo desenho nacional mas com diferentes equipamentos e sistemas de armas.

Todas estas unidades poderiam ser utilizadas no Ultramar. Porém, as corvetas *Baptista de Andrade* só foram entregues entre 1974 e 1976.

Embora a partir de 1969 tivessem sido abatidos os navios antigos construídos nos anos 30, a Marinha atingiu o máximo de unidades navais deste século pelos anos 71 e 72.

Durante 40 anos, a evolução da estratégia da NATO foi consequência, fundamentalmente, da evolução tecnológica e do aparecimento de novas armas. Todo o período da "guerra fria", de 1949 até 1989, foi dominado pelo facto nuclear e a ele se subordinou a estratégia total da Aliança.

Porém, ao nível convencional naval, os objectivos e finalidade do SACLANT permaneceram inalterados e assim se manteve a estratégia naval da NATO. Neste caso, a evolução tecnológica, conseguindo manter a dialéctica arma-antiarma (impossível no nuclear onde, excepcionalmente, ao fim de 55 anos a antiarma ainda não foi inventada), influenciou apenas os conceitos operacionais e os procedimentos tácticos.

E é por isso que a Marinha não poderá deixar de lutar pela modernização das suas unidades ou pela aquisição de novas unidades modernas, sejam submarinos, fragatas ou draga-minas.

E é também por isso que merece especial referência a aquisição das três fragatas da classe *Vasco da Gama*, construídas na Alemanha e entregues a partir de 1991.

O desenho da plataforma continua a ser importante. Porém, sejam elas mais ou menos elegantes, inglesas, francesas ou alemãs, a competição sente-se muito mais acentuadamente no avanço tecnológico e na capacidade dos complexos equipamentos e sistemas de armas que nelas poderão ser instalados.

Desde a criação da NATO, há 50 anos, a Marinha já enfrentou grandes saltos tecnológicos e drásticas reorientações do esforço. Nunca o factor humano foi problema, nunca o pessoal deixou de suportar e de responder ao desafio. O último e mais evidente exemplo foi o recente comando da STANAVFORLANT. Independentemente das qualidades pessoais do Comandante nomeado e dos homens de diferentes postos que o acompanharam, a capacidade nacional para o exercício daquele cargo só se pôde manifestar depois de terem sido adquiridos os meios navais modernos necessários, e de se ter mostrado a capacidade de tirar deles todo o rendimento que podiam proporcionar.

A recente presença da Marinha em países da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), veio mostrar que podemos continuar a estar na Europa e no Atlântico, como sempre, e sempre que o interesse nacional o exigir.

O novo conceito estratégico da NATO, será certamente divulgado em 4 de Abril de 1999, no 50º aniversário da NATO e, portanto, será já conhecido

quando este artigo for publicado. Ao nível político e estratégico, é provável que o novo documento constitua a mais profunda transformação de sempre, nos propósitos da Aliança.

Portugal vai, por certo, continuar a ser europeu e atlântico. Mas deverá ser oportuno ponderar de novo o equilíbrio entre a sua inalienável presença na Europa e as obrigações fora dela, como “país universal” que foi e que deverá continuar a ser.